
MENSAGEM DO PRESIDENTE

O exercício de 2006 não encerrou apenas mais um ano na vida da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil (CPRM/SGB). Foi, na verdade, o fim de uma proposta de gestão iniciada em 2003, focada no redirecionamento das ações finalísticas rumo às políticas públicas federais e na consolidação institucional da Casa, em um papel claro de agente governamental para os setores de geologia, recursos minerais e recursos hídricos, de âmbito nacional. Os números falam por si.

Em 2003, a CPRM/SGB detinha somente três projetos de monta, todos da maior importância, mas configurando um cenário real de subaproveitamento da reconhecida excelência de seu quadro técnico. Ao final de 2006, são mais de 90 projetos em andamento, com 113 já concluídos, à disposição da sociedade. Vale mencionar, ainda, que os produtos da atual gestão ultrapassam, e muito, a simples exposição de informações técnicas. No período, um novo paradigma de gestão da informação foi consolidado na Casa, com base nas mais modernas tecnologias digitais, permitindo produtos de alto valor agregado, em Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), de aplicabilidade que extrapola a pesquisa mineral. A possibilidade ilimitada de cruzamento de informações temáticas do meio físico com dados socioeconômicos torna a geologia ciência básica para a gestão territorial e ambiental, em todos os seus aspectos.

Nesse sentido, o Serviço Geológico do Brasil foi pioneiro, disponibilizando, em 2006, o primeiro mapa da geodiversidade brasileira, um avanço irreversível na forma de abordagem dos objetos geológicos, vistos sob o conceito de diversidade, indispensáveis para a manutenção da vida e, logo, carentes de entendimento, proteção e preservação, como as demais diversidades planetárias.

Ainda em 2006, também como resultado desse redirecionamento, a CPRM/SGB elaborou o primeiro Mapa de Domínios e Subdomínios Hidrogeológicos do Brasil, um produto de grande valor agregado que se configura como o passo inicial e indispensável para a carta de disponibilidade hídrica do país, meta a ser alcançada em 2008. A sua disponibilização à sociedade representará a oportunidade de se efetuar a gestão científica das políticas de oferta hídrica, pondo fim à chamada "indústria da seca", que sobrevive, exatamente, da lacuna de conhecimento como lastro das políticas públicas setoriais.

Durante duas décadas, o Brasil interrompeu seus programas de levantamentos geológicos sistemáticos, atividade fundamental para a derivação dos produtos de cunho geológico e, principalmente, para alavancar a pesquisa mineral, permitindo ao país fazer face ao incremento da demanda mundial por matéria-prima mineral que o mundo vivencia neste momento. Entretanto, nos quatro anos da atual gestão do Serviço Geológico, foram mapeados 249.000km², na escala 1:100.000, equivalentes a 2,93% do país, além de mais 144.000km², na escala 1:250.000, ou 1,69% do território. Ainda se encontram em andamento mais de 30 projetos para 2007, nas duas escalas. Nessa atividade, a CPRM/SGB contou com parceria técnica de 14 universidades, dentre as 16 que oferecem cursos de geologia no país, configurando iniciativa pioneira e altamente frutífera para a Instituição.

Adicionem-se mais de 1.700.000km lineares de levantamentos aerogeofísicos, ou cerca de 10% do território brasileiro, no esforço de dinamizar a pesquisa por novas riquezas minerais, e tem-se configurado um quadro de vitalidade da CPRM/SGB que só encontra paralelo na década de 1970, quando se iniciou, de fato, o moderno ciclo de reconhecimento da geologia brasileira. Só a título de referência, esse volume de cobertura aerogeofísica, realizado em apenas três anos (2004-2006), corresponde a 70% de todo o volume de aerolevantamentos realizados pelo Estado desde 1953. Ante tais números, não há mais que se falar em retomada dos levantamentos geológicos sistemáticos do país. Esse propósito já é passado. No momento, vivenciamos a atividade plena da geração continuada de informações geológicas territoriais, como item de política pública governamental.

Na área de recursos minerais, em quatro anos a Empresa migrou de um foco predominantemente centrado em minerais metálicos, desenvolvendo nova cultura de pesquisa e valorização dos bens não-metálicos, de menor exigência tecnológica na investigação e extração, mas de altíssimo retorno social. Isso, colocando como pano de fundo a possibilidade de cooperação com outras políticas federais, como insumos para a

agricultura, materiais de construção, arranjos produtivos de bases locais etc. Ainda mais, o Serviço Geológico assumiu a liderança técnica do Programa REMPLAC, da Marinha do Brasil, desenvolvendo pesquisas pioneiras, de alta tecnologia, de avaliação de potencial mineral nas áreas litorâneas e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Entretanto, um dos avanços mais significativos, em termos de ações finalísticas, nesses quatro anos, foi o desenvolvimento de uma nova consciência de aplicabilidade do conhecimento geológico à gestão territorial e às políticas ambientais, compromissadas com a sustentabilidade. Nesse sentido, o Serviço Geológico do Brasil ultrapassa 2006 com uma nova carteira de produtos aplicados, que vão desde o mapeamento de áreas de riscos geológicos, em regiões instáveis, até o fornecimento de subsídios para o monitoramento da influência de elementos geoquímicos do meio físico na saúde humana em áreas de endemias circunscritas.

Para dar suporte a essa nova fase, denominada 'geologia digital', tornaram-se necessários o desenvolvimento e a aquisição de tecnologias de informática, geoprocessamento e bancos de dados, situando a CPRM/SGB, hoje, no primeiro time dos Serviços Geológicos de países com extensão territorial e potencial geológico-mineiro semelhantes. Além de modernizar a infra-estrutura de rede e internet, foi desenvolvido o maior banco de dados especializado do Brasil, o GEOBANK, que armazena e integra informações de todas as áreas temáticas da geologia fundamental, permitindo a geração de SIGs em várias escalas. Da mesma forma, o Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS) é reconhecido hoje como um banco público oficial dos recursos hídricos subterrâneos do Brasil, estendido a 18 estados da Federação, em parcerias institucionais inéditas.

Diríamos que, do ponto de vista operacional e institucional, 2006 fecha um ciclo de mudanças revolucionárias na CPRM/SGB, consagradas nos novos focos de atuação; na incorporação de novas tecnologias de informação; na adoção de princípios de gestão democráticos e transparentes; na aderência da atuação internacional às diretrizes da política externa do país; na valorização do quadro técnico; na estreita sintonia com os órgãos supervisores e na parceria com entidades co-irmãs, de todas as esferas do poder público.

Mas, muitos dos desafios propostos no início da gestão ficaram sem concretização, principalmente no tocante à reestruturação organizacional e à adoção de nova política de recursos humanos, muito embora ambos os temas merecessem esforços e algumas iniciativas reais. Ainda em 2006, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), graças a uma bem-sucedida articulação da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM/MME), deflagrou licitação internacional para a seleção de empresa para conduzir o processo de reestruturação organizacional do Serviço Geológico. Da mesma forma, várias tratativas foram encetadas com o Departamento de Controle das Empresas Estatais (DEST), visando ao atendimento dos pleitos de nossos recursos humanos, assunto que continua ainda em negociação.

Todo esse conjunto de resultados positivos de revitalização do Serviço Geológico só foi possível graças, primeiramente, ao firme propósito do Governo Lula que, desde 2003, por meio da SGM/MME, demonstrou a priorização das ações de geologia em seu Plano Plurianual. Em segundo lugar, aos Conselhos de Administração e Fiscal, fundamentais nas definições estratégicas e nas ações de controle de gestão da Diretoria Executiva. E, por fim, mas não menos relevante, à dedicação e compromisso com a Casa do quadro funcional da CPRM/SGB, que, apesar de não atendido em várias de suas justas reivindicações, soube responder à altura aos novos desafios, superando percalços e mostrando que motivação não se consegue apenas com remuneração, mas também com políticas de trabalho sérias, com credibilidade nas propostas, com a valorização profissional e, sobretudo, com a demonstração de um compromisso institucional firme, com o país e com a Casa, para muito além do período transitório de uma gestão.

Brasília, março de 2007

Agamenon Dantas
Diretor-Presidente